



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ - PB.**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A  
REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM.**

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ- PB

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:** 03.001 -  
10.301.1006.2.030 - 3.3.90.39.00/ 03.001 - 10.301.1006.2.031 -  
3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.301.5.000.2.032 - 3.3.90.39.00 / 03.001 -  
10.302.1006.2.033 - 3.3.90.39.00/ 03.001 - 10.303.1006.2.034 -  
3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.304.1006.2.035 - 3.3.90.39.00 / 03.001 -  
10.301.1006.2.036 - 3.3.90.39.00/04.001 - 08.122.1007.2.037 -  
3.3.90.39.00

**PERÍODO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 22 / 05 / 2026 ATÉ 08 / 06 / 2026

**ORDENADOR DE DESPESAS:** ITAMILSON FRANCISCO DA SILVA

CATURITÉ/ PB - MAIO 2026



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

**CREDENCIAMENTO N° 001/2026 EDITAL**

**1.0 PREAMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, Pessoa Jurídica de Direito Público, portador do CNPJ n° 01.612.640/0001-15, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, na rua João Queiroga, 44, Centro, CATURITÉ - PB, por intermédio do seu Agente de contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n° 001 de 02 de janeiro de 2026, que obedecerá às disposições do Artigos 74 e 79 Inciso II, da Lei Federal n° 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Complementar 155, de 27 de Outubro de 2016, subsidiariamente e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

**TIPO:** Credenciamento - Inexigibilidade de Licitação

**JULGAMENTO:** por item

**SESSÃO PÚBLICA:** receberá a partir de 22 de maio de 2026 até 08 de junho de 2026 para Contratação **IMEDIATA**

**HORÁRIO:** 09:30

**ENDEREÇO:** - [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**1.1** O Presente Edital terá validade de 12 (doze) meses, contando a partir da data da primeira publicação. Ultrapassando o prazo descrito no acima exposto, os interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de vagas, necessidade e conveniência do município.

**1.2** Poderão ser credenciados a qualquer tempo, durante a validade do chamamento, quaisquer interessados, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no item 4.0 deste edital, ou seja, o credenciamento estará permanentemente aberto aos interessados, contudo, após efetiva contratação do quantitativo total dos procedimentos listados no Termo de Referência, a contratação apenas ocorrerá na hipótese comprovada de efetiva necessidade por parte do município.

**1.3** É Vedada a Participação de Empresas que estejam localizadas a uma distância superior a 30 (trinta) quilômetros do prédio sede da Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, situada no preâmbulo deste edital. A distância deverá ser declarada, conforme indicação do endereço da sede da empresa, em relação ao prédio sede da Prefeitura de CATURITÉ/PB

**1.3.1** O presente critério visa atender o interesse público com o menor dispêndio de recursos possível, e se justifica visando-se não onerar os municípios com diversas despesas inerentes, tais como: deslocamentos, alimentação, etc., tendo em vista que, quanto maior a distância de deslocamento, maior o dispêndio de recursos públicos, situação em que a localização geográfica é indispensável à eficiência da execução do contrato, estando em consonância com o princípio da economicidade, eficácia e eficiência para a atuação administrativa.

**2.0 OBJETIVO**

**2.1** O presente Credenciamento tem como objetivo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM.**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

<b>3.0</b>	<b>DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E GERAIS</b>
------------	---

**3.1 Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas**

A participação neste credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste instrumento.

- a) Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b) Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

**3.2 Não poderão participar do presente Credenciamento pessoas jurídicas que:**

- a) Estejam com seus cadastros cancelados, suspensos e/ou que tenham sido declarados impedidos de se cadastrarem ou contratarem com a Administração Pública, enquanto durar o impedimento;
- b) Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) Cuja falência tenha sido declarada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- f) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- g) ) Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- h) O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.
- i) Não será permitida a participação de sociedades cooperativas
- j) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;
- k) Que estejam localizadas a uma distância superior a 30 (trinta) quilômetros do prédio sede da Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, situada no preâmbulo deste edital. A distância deverá ser declarada, conforme indicação do endereço da sede da empresa, em relação ao prédio sede da Prefeitura de CATURITÉ/PB

**3.2.1 São condições para credenciamento:**

- a) Não possuir antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

**3.3** O Termo de Credenciamento terá vigência limitada à vigência do Edital de Credenciamento.

**3.4** Caso sejam **CREDENCIADOS** mais de um interessado para cada item, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os **CREDENCIADOS** em partes iguais.

**3.5** A Prefeitura Municipal de CATURITÉ poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**3.6** As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pela Prefeitura Municipal de CATURITÉ.

<b>4.0</b>	<b>DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E RECURSOS</b>
------------	--

**4.1 ESCLARECIMENTOS:**

**4.1.1** Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

**4.2 IMPUGNAÇÃO:**

**4.2.1** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da solicitação de esclarecimento/impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados pelo sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou protocolizados na sede do município, localizado na Rua João Queiroga, 44, Centro, CATURITÉ - PB.

**4.3 RECURSOS:**

**4.3.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

**4.3.2** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

**4.3.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**4.3.4** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**4.3.5** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**4.3.6** prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**4.3.7** As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

**4.3.8** Em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.3.9** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**4.3.10** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**4.3.11** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**4.3.12** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**4.3.13** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**4.3.14** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

<b>5.0 DO CREDENCIAMENTO</b>
------------------------------

**5.1** O credenciamento é o nível básico de cadastro no ORC, que permite aos interessados regularmente cadastrados, acesso ao sistema eletrônico utilizado e a participação em qualquer **CREDENCIAMENTO**, na sua forma eletrônica, promovido pelo órgão, e ocorrerá pela atribuição de "senha" pessoal. Todo o procedimento necessário para realizar o credenciamento, também está disponível no endereço: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**5.2** O credenciamento junto ao ORC para participação deste CREDENCIAMENTO, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**5.3** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido da referida "senha" de acesso, ainda que por terceiros.

<b>6.0</b>	<b>DA HABILITAÇÃO</b>
------------	-----------------------

**6.1** Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo através de carta-proposta junto a Prefeitura Municipal de CATURITÉ, declarando conhecer e concordar com os termos do Edital, apresentando a seguinte documentação:

<b>6.1.1</b>	<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (REGULARIDADE JURÍDICA):</b>
--------------	---

- 6.1.1.1** Cédula de identidade ou outro documento equivalente do (s) representante (s) legal (is);
- 6.1.1.2** Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
- 6.1.1.3** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado, e no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;
- 6.1.1.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 6.1.1.5** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.1.6** Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 6.1.1.7** Ata de Fundação;
- 6.1.1.8** Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;
- 6.1.1.9** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da Assembleia que os aprovou;
- 6.1.1.10** Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias;  
e,

<b>6.1.2</b>	<b>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:</b>
--------------	---

- 6.1.2.1** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 6.1.2.2** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- 6.1.2.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);  
Prova de regularidade para com a Receita Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.1.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.1.2.5** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

(FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**6.1.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e,

**6.1.2.7** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data da apresentação da proposta.

**6.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**6.1.3.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de 02 (dois) anos deverá ser observado o § 6º do Art. 69 da Lei nº 14.133/21;

**6.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA**

**6.1.4.1** Apresentar pelo menos (01) um atestado de capacidade técnica, emitida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado; comprobatórios da aptidão da empresa participante para prestação dos serviços objeto.

**6.1.5 DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES**

**6.1.5.1** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; **Anexo III.**

**6.1.5.2** Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; **Anexo III.**

**6.1.5.3** Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; **Anexo III.**

**6.1.5.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no (art. 156, §5º, da Lei 14.133), **conforme Anexo III.**

**7.0 DAS DILIGÊNCIAS**

**7.1** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.2** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.3** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

recebimento das propostas.

**7.4** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital

**7.5** O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

<b>8.0</b>	<b>DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO</b>
------------	--

**8.1** A proposta de credenciamento compreende na apresentação do requerimento para Cadastramento (**Anexo II**), que deverá ser impressa em papel com a identificação da empresa interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.

**8.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no **ITEM 6** neste Edital, **PROPOSTA** com a descrição do objeto ofertado e os preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa de envio da referida documentação.

**8.3** Os documentos exigidos no Item 6, bem como o Requerimento para Credenciamento, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico.

**8.4** O envio da proposta, (**Anexo II**) acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de "senha" de acesso ao sistema eletrônico.

**8.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **CREDENCIAMENTO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

**8.6** A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ, através da Comissão Permanente de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

**8.7** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**8.8** A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.

**8.9** Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF

<b>9.0</b>	<b>DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>
------------	--

**9.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital, **PROPOSTA** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa de envio da referida documentação.

**9.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de "senha" de acesso ao sistema eletrônico.

**9.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei 123/06.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública,** ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.5** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**9.6** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da comissão e para acesso público após o encerramento.

**8.8.O** licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**9.7 8.9.** Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

<b>10.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</b>
--

**10.1** O licitante deverá enviar sua PROPOSTA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

**10.2** Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

**10.3** Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

**10.4** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**10.5** Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

**10.6** A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

**10.7** A indicação de "SERVIÇO" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso dos serviços executados pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

**10.8** O envio eletrônico da proposta corresponde à declaração, por parte do licitante, que cumpre plenamente os requisitos definidos para Habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições contidas neste Edital e seus anexos.

**10.9** No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

**10.10** O preço ofertado, tanto na proposta inicial, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.11** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

<b>11.0 APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO</b>
---

**11.1** A proposta de credenciamento compreende na apresentação e envio, conforme (Anexo II), que deverá ser enviada, para o [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br): em papel timbrado, com a identificação da empresa interessada, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo conter a Razão Social, Endereço completo, CEP, Telefones, Fax, E-mail caso haja, e número do CNPJ.

**11.2** Os documentos exigidos no item 6, bem como, o Requerimento para Credenciamento (Anexo II), deverão ser enviados para o [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**11.3** A Prefeitura Municipal de CATURITÉ, através da Comissão Permanente de Licitação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

esclarecimentos porventura necessários;

**11.4** A apresentação da proposta de credenciamento implica na plena concordância e aceitação dos termos e condições previstas neste instrumento, inclusive com relação ao preço estipulado pela Administração para a prestação dos serviços constantes do Anexo I, parte integrante deste processo.

## **12.0 DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO**

**12.1** O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado neste município, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido edital.

**12.2** Durante a vigência do edital de Credenciamento, incluída as suas republicações, a contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

**12.3** O credenciamento não estabelece qualquer obrigação com a Prefeitura Municipal de CATURITÉ em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o Município poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

## **13.0 DO DESCRENCIAMENTO E PENALIDADES**

Ocorrerá o descredenciamento quando:

- a) A Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, subsidiada pela Secretaria Municipal de Saúde, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for
- b) Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 01 (um) mês serão descredenciados
- c) Houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;
- d) O **CREDENCIADO** declarar informação falsa ou que não puder ser comprovada através de documentos;
- e) A pedido **da CREDENCIADA**,

**13.1** descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla à credenciada, das sanções de acordo com a Lei 14.133/2021.

**13.2** O pedido de descredenciamento não desincumbe a **CREDENCIADA** da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pelo município e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

## **14.0 DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

**14.1** Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica,



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.**

## **15.0 DA CONTRATAÇÃO**

**15.1** Os serviços prestados serão contratados por meio de **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**, onde se estabelecerão com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, conforme minuta constante do **Anexo IV** deste edital;

**15.2** O prazo do contrato será estipulado de acordo com os preceitos legais, porém, determinado em função das reais necessidades dos serviços, podendo ser prorrogado conforme preceitua a Lei 14.133/21.

**15.3** São de inteira responsabilidade do (a) Contratado (a) todas as obrigações pelos encargos previdenciários fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Contrato e previstos em lei.

**15.4** O (a) contratado (a) é responsável pelos danos causados, diretamente a Prefeitura Municipal de CATURITÉ e seus beneficiários, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

**15.5** Concluído e ratificado o Credenciamento, os **CREDENCIADOS** serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021. (a) contratado (a) se compromete a assinar o contrato, no prazo de **05 (CINCO)** a contar da notificação através de correio eletrônico, ou notificação na imprensa;

**15.6** A não assinatura do Contrato no prazo estabelecido poderá ser entendida como recusa injustificada e poderá ensejar a convocação dos próximos **CREDENCIADOS**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos e na legislação que disciplina a matéria.

**15.7** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes ou quaisquer outros;

## **16.0 CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

**16.1** Havendo mais de um credenciado para a prestação dos serviços. O critério de distribuição de demanda será o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do CREDENCIADO está a cargo do beneficiário direto da prestação.

## **17.0 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**17.1** Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da contratada:

**17.2** Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE;

**17.3** Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

**17.4** Fornecer os serviços de boa qualidade, tratando os pacientes com cortesia, de modo igualitário, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;

**17.5** Garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

**17.6** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de CATURITÉ, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

**17.7** Permitir a fiscalização dos serviços pela Sec. Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

**17.8** Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 17.9** Abster-se de cobrar qualquer valor dos usuários, sob qualquer título ou pretexto;
- 17.10** Possuir um laboratório com instalações no Município de CATURITÉ - PB;
- 17.11** Estrutura e equipamentos adequados instalados no Município de CATURITÉ - PB;
- 17.12** O período de coleta dos materiais será das 06h00 às 11h00;
- 17.13** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.14** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 17.15** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de CATURITÉ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 17.16** Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Prefeitura do Município de CATURITÉ;
- 17.17** Comunicar à Prefeitura do Município de CATURITÉ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 17.18** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de CATURITÉ;
- 17.19** Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de CATURITÉ sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 17.20** Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
- 17.21** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de CATURITÉ, cujas reclamações se obriga a atender;
- 17.22** Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de CATURITÉ na execução do(s) serviço(s), será (ão) ressarcido(s) pela licitante vencedora, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

**18.0 DAS RESPONSABILIDADES DA CREDENCIANTE**

**A Prefeitura compete, pela Secretaria Municipal de Saúde requisitante (Gestora da Contratação):**

- 18.1** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 18.2** Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
- 18.3** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.
- 18.4** Informar aos pacientes a relação de Credenciados aptos a prestarem os serviços (exames), ficando a escolha a critério exclusivo dos pacientes, orientando-os a apresentarem-se munidos do pedido médico com a devida requisição.
- 18.5** Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avançados;
- 18.6** Expedir as requisições/autorizações para que os interessados/pacientes se encaminhem ao laboratório credenciado de sua livre e exclusiva escolha.
- 18.7** Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**18.8** Organizar os agendamentos dos exames eletivos com autorização no nome do paciente e dos exames respeitando a capacidade do Credenciado.

**18.9** Os exames de urgência e emergência serão agendados conforme necessidade.

**18.10** Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços juntamente com o relatório com os nomes dos pacientes e exames realizados.

**18.11** Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

**18.12** Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**18.13** A Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, através da Secretaria Municipal de Saúde, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

**18.14** Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.15** Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas

**18.16** Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;

**18.17** Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

**18.18** Exigir a troca de material, funcionário ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;

**18.19** Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;

**18.20** Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento.

**18.21** Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;

## **19.0 DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO**

**19.1** O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, mediante Termo Aditivo e consensual.

## **20.0 DAS SANÇÕES**

**20.1** O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do CREDENCIADO, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**20.2** Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitas as requerentes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

**20.3** Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

## **21.0 DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**21.1** Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

**21.2** A contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados contratados, que serão dela informados.

**21.3** Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 3 (três) dias úteis.

**21.4** O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.

**21.5** A qualquer tempo o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico-operativa.

## **22.0 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**22.1** A gestão da contratação caberá à Secretaria Municipal de Saúde, e a fiscalização da correta execução do objeto do presente credenciamento será exercida a qualquer momento, no que couber, pelo Municípios integrantes, por servidor ocupante do Cargo de Secretário de Saúde.

**22.2** As exigências e a atuação da fiscalização pelos Municípios em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

**22.3** À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

## **23.0 CONDIÇÕES PACTUAIS**

**23.1** Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de CATURITÉ, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura Municipal de CATURITÉ exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

**23.2** A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal de CATURITÉ e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

**23.3** A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, a Prefeitura, seu patrimônio, seus servidores, pacientes ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Prefeitura Municipal de CATURITÉ o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos

**23.4** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Prefeitura, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

autorização da Prefeitura, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

**23.5** A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021.

**24.0 DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**24.1** Uma vez homologado o resultado do credenciamento, a contratada será convocada para assinatura do termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**24.2** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**24.3** O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**24.4** Após a assinatura do contrato e sua publicação, a CONTRATADA receberá a ordem de execução, a ser dado por ato do CONTRATANTE, para iniciar a execução do serviço.

**25.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1** A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

**25.2** Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

**25.3** A Prefeitura Municipal de CATURITÉ poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**25.4** As alterações de endereço, telefone ou e-mail, deverão ser comunicadas ao Agente de Contratação, situada à João Queiroga, 44, Centro, CATURITÉ - PB, bem como, na sede da Prefeitura Municipal de CATURITÉ.

**25.5** Informações sobre este Credenciamento poderão ser tratadas no Setor de Licitações, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ou através do Email - [licitacaturite@gmail.com](mailto:licitacaturite@gmail.com).

**25.6** As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas ao Agente de Contratação, no endereço acima descrito

**25.7** As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas neste regulamento, pela Prefeitura Municipal de CATURITÉ.

**25.8** Fica eleito o Foro da Comarca de Queimadas - PB, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, inclusive quanto à execução do contrato que vier a ser celebrado.

**26.0 DOS ANEXOS DO EDITAL:**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Rua João Queiroga, 44, Centro, Caturité - PB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- ANEXO II** - MODELO DE CARTA PROPOSTA.  
**ANEXO III** - MODELOS DE DECLARAÇÃO.  
**ANEXO IV** - MINUTA DO CONTRATO.

CATURITÉ - PB, 20 de maio de 2026.

**ITAMILSON FRANCISCO DA SILVA**  
Prefeito





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0 DO OBJETO**

1.1 O presente Termo tem por objetivo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM**, de acordo com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

**2.0 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

2.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente seu art. 74 c/c 79 incisos II transcrito a seguir:

"Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: (...)

II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação"

**3.0 REGRAS ACERCA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS:**

3.1 A Prefeitura Municipal de CATURITÉ não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da vencedora para outras entidades;

3.2 A contratada deverá fornecer os exames, somente com a requisição da Prefeitura Municipal de CATURITÉ.

3.3 Somente poderão ser realizados exames com receita/pedido carimbado e assinado pelo Médico responsável da Unidade Básica de Saúde (UBS).

3.4 Licitante vencedora é obrigada a fornecer todos os exames previstos na receita devidamente autorizada, sendo proibido fazer com que o portador do pedido de exames tenha que voltar outra data para realizá-lo(s).

3.5 Repetir sem ônus os exames que deixarem alguma margem de dúvida aos pacientes.

**4.0 QUANTO AO RESULTADO DOS EXAMES:**

4.1 Os resultados das ressonâncias e demais exames, com exceção das ultrassonografias, deverão ser entregues no prazo máximo de 48 horas após a realização do procedimento, no local de origem do paciente, cujo endereço de entrega será determinado pela Secretaria de Saúde local.

4.2 Os resultados de ultrassonografia e deverão ser entregues de imediato (na hora) após a realização dos procedimentos.

**5.0 IMPRESSÕES DOS EXAMES:**

5.1 Os exames de RX Digital deverão ser impressos em películas de filme radiográfico

5.2 Os exames de RX deverão ser entregues juntamente com os laudos, embalados em envelope de papel específico.

5.3 Não será aceita impressão de exames de RX digital em papel comum

5.4 As imagens dos exames de ultrassonografia deverão ser impressas em papel fotográfico A4, sendo uma unidade para cada exame realizado, com no mínimo de 06 imagens, grampeado juntamente com o laudo e colocado em pasta.

**6.0 RESSONÂNCIAS**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

a) **OS EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DEVERÃO SER AGENDADOS PARA NO MÁXIMO 48 HORAS APÓS O CONTATO.**

**6.1 QUANTO A RECEPÇÃO:**

b) **Os pacientes deverão ser acomodados na mesma recepção com os demais clientes de convênios e particulares sem distinção.**

**6.2 QUANTO AOS EQUIPAMENTOS:**

a) É necessária a comprovação de que os equipamentos utilizados na realização dos diversos exames de imagem, possuam contrato permanente de manutenção preventiva pelas empresas de origem, que comprovem o perfeito funcionamento dos aparelhos.

**7.0 JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO**

A escolha do critério de julgamento por item para o procedimento auxiliar de credenciamento destinado à realização de exames por imagem no Município de Caturité - PB justifica-se pela necessidade de ampliar a competitividade, assegurar maior eficiência administrativa e garantir a adequada prestação dos serviços de saúde à população. Considerando a diversidade de exames que compõem o objeto, como ultrassonografias, tomografias, ressonâncias magnéticas, radiografias e outros procedimentos diagnósticos, o parcelamento por item possibilita que empresas especializadas participem do credenciamento apenas nos serviços compatíveis com sua capacidade técnica e operacional.

Tal medida favorece a ampliação do número de credenciados, evitando restrição indevida à participação de clínicas e laboratórios que, embora não disponham de estrutura para executar todos os exames previstos, possuem plena qualificação para realizar determinados procedimentos específicos. Dessa forma, o julgamento por item promove maior isonomia, competitividade e economicidade, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o parcelamento do objeto contribui para a continuidade e eficiência dos serviços públicos de saúde, reduzindo riscos de desassistência decorrentes da eventual inexistência de interessados para a totalidade dos exames. A divisão por itens também permite ao Município melhor gerenciamento da demanda, possibilitando o encaminhamento dos pacientes conforme a especialidade, disponibilidade e capacidade de atendimento de cada credenciado, assegurando maior celeridade na realização dos exames e melhor atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portanto, o julgamento por item mostra-se tecnicamente mais adequado ao interesse público, por proporcionar maior participação de empresas especializadas, ampliar a oferta de serviços, otimizar a execução contratual e garantir maior eficiência na prestação dos serviços de exames por imagem no âmbito do Município de Caturité - PB.

**8.0 RELAÇÃO DOS ITENS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Ressonância de MMII	Unidade	50	R\$ 440,00	R\$ 22.000,00
2	Ressonância da coluna	Unidade	50	R\$ 440,00	R\$ 22.000,00
3	Ressonância da pelve	Unidade	50	R\$ 550,00	R\$ 27.500,00
4	Ressonância do crânio	Unidade	50	R\$ 550,00	R\$ 27.500,00
5	Ressonância do abdômen	Unidade	50	R\$ 550,00	R\$ 27.500,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

6	Eletro ressonância Magnética	Unidade	30	R\$ 770,00	R\$ 23.100,00
7	USG do joelho	Unidade	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
8	USG transvaginal	Unidade	80	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00
9	USG mamaria	Unidade	80	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00
10	USG do abdômen	Unidade	80	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00
11	USG de partes mole	Unidade	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
12	USG da tireoide	Unidade	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
13	USG obstétrica	Unidade	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
14	USG morfológica	Unidade	50	R\$ 130,00	R\$ 6.500,00
15	USG do quadril	Unidade	40	R\$ 100,00	R\$ 4.000,00
16	Ecocardiograma com doppler	Unidade	40	R\$ 440,00	R\$ 17.600,00
17	Ecocardiograma	Unidade	60	R\$ 385,00	R\$ 23.100,00
18	Eco fetal	Unidade	50	R\$ 285,00	R\$ 14.250,00
19	Eco transtorácico	Unidade	40	R\$ 385,00	R\$ 15.400,00
20	Tomografia da coluna sem contraste	Unidade	50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
21	Tomografia da coluna com contraste	Unidade	20	R\$ 360,00	R\$ 7.200,00
22	Tomografia do encéfalo com contraste	Unidade	50	R\$ 360,00	R\$ 18.000,00
23	Tomografia do encéfalo sem contraste	Unidade	50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
24	Tomografia do abdômen sem contraste	Unidade	50	R\$ 350,00	R\$ 17.500,00
25	Tomografia do abdômen com contraste	Unidade	50	R\$ 400,00	R\$ 20.000,00
26	Tomografia do joelho	Unidade	60	R\$ 250,00	R\$ 15.000,00
27	Cintilografia óssea	Unidade	50	R\$ 440,00	R\$ 22.000,00
28	Raio - x	Unidade	60	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
29	USG obstétrica com doppler	Unidade	50	R\$ 150,00	R\$ 7.500,00
30	Tomografia de MMII sem contraste	Unidade	50	R\$ 250,00	R\$ 12.500,00
31	Tomografia de MMII com contraste	Unidade	50	R\$ 360,00	R\$ 18.000,00
32	USG de MMII com doppler	Unidade	50	R\$ 275,00	R\$ 13.750,00
<b>TOTAL</b>					R\$ 456.900,00

**8.1 A Credenciada poderá se credenciar apenas nos itens de seu interesse, não havendo obrigatoriedade de credenciamento de todos os serviços.**

**9.0 JUSTIFICATIVA**

Rua João Queiroga, 44, Centro, Caturité - PB



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 9.1** Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- 9.2** Considerando a lei 8.080, de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- 9.3** Considerando a necessidade de assegurar a prestação de serviço de Exames aos municípios CATURITÉ -PB, de forma a complementar a assistência à saúde;
- 9.4** Adotou-se como parâmetro para definição do valor por item, o valor já praticado anteriormente pela Prefeitura Municipal de CATURITÉ, assim como pesquisas de mercado a empresas do ramo pertinente.
- 9.5** *Do quantitativo* - Os quantitativos indicados para contratação têm como fundamentos e elementos técnicos para definição, os quantitativos consumidos no período de exercício de 2025.

<b>10.0</b>	<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b>
-------------	-------------------------------

- 10.1** Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência - Anexo I.
- 10.2** Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Prefeitura do Município de CATURITÉ - PB, conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para empresas locais e 10º dia útil subsequente para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.
- 10.3** Será emitido relatório de recebimento e regularidade da execução dos serviços, apresentado sob forma de planilha contendo a assinatura do prestador de serviço e subscrito pelo servidor responsável, e atestado assinado por servidor da Secretaria Municipal de Saúde, que enviará ao setor de compras do município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o fechamento mensal da prestação de serviços, observada a ordem cronológica da prestação de serviço.
- 10.4** Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 10.5** É encargo do credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas a transporte, fretes, seguros, taxas, tarifas, tributos, materiais e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços.
- 10.6** A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.
- 10.7** Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

<b>11.0 DAS SANÇÕES</b>
-------------------------

- 11.1** O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do **CREENCIADO**, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 11.2** Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitas as requerentes,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

**11.3** Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.

## **12.0 DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** Fica estabelecido que com a licitante vencedora será celebrado contrato, conforme a minuta do Anexo III, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação.

**12.2** A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, desde que formulado no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, a aceitação dos motivos pelo Município.

Caturité - PB, 20 de maio de 2026

**ADRIANA ROSILDA BARBOSA BEZERRA**  
Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

A

Prefeitura Municipal de CATURITÉ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CATURITÉ - PB.

**REF.:** CREDENCIAMENTO N° 001/2026.

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Representante legal: \_\_\_\_\_

O proponente acima identificado vem requerer a Prefeitura Municipal de CATURITÉ, o credenciamento, neste ato, total concordância com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento n° 001/2026, inclusive com os valores e instruções gerais constantes na Tabela de Referência.

**Diante das informações acima informadas desejo participar apenas das especialidades conforme dados abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	ASSINALE OS EXAMES AO QUAL TEM INTERESSE
1	Ressonância de MMII	
2	Ressonância da coluna	
3	Ressonância da pelve	
4	Ressonância do crânio	
5	Ressonância do abdômen	
6	Eletro ressonância Magnética	
7	USG do joelho	
8	USG transvaginal	
9	USG mamaria	
10	USG do abdômen	
11	USG de partes mole	
12	USG da tireoide	
13	USG obstétrica	
14	USG morfológica	
15	USG do quadril	
16	Ecocardiograma com doppler	
17	Ecocardiograma	
18	Eco fetal	
19	Eco transtorácico	
20	Tomografia da coluna sem contraste	
21	Tomografia da coluna com contraste	



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

22	Tomografia do encéfalo com contraste	
23	Tomografia do encéfalo sem contraste	
24	Tomografia do abdômen sem contraste	
25	Tomografia do abdômen com contraste	
26	Tomografia do joelho	
27	Cintilografia óssea	
28	Raio - x	
29	USG obstétrica com doppler	
30	Tomografia de MMII sem contraste	
31	Tomografia de MMII com contraste	
32	USG de MMII com doppler	

Local e data

Atenciosamente,

-----  
Nome do representante Legal





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO IVI - MODELO DE DECLARAÇÕES**

A

Prefeitura Municipal de CATURITÉ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CATURITÉ - PB.

**REF.:** CREDENCIAMENTO N° 001/2026.

**DECLARAÇÃO**

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO (A) PROPONENTE)**, DECLARA para os devidos fins que:

- 1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;
- 3 Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei n° 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;
- 4 Não está cumprindo penalidade por inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

Local e data

-----  
Nome do  
representante Legal  
CPF N° \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO N° \_\_\_\_/2026

CREDENCIAMENTO N° 001/2026

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE FAZEM ENTRE SI, O  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ - PB  
E  
., MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS A SEGUIR  
PACTUADAS:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de CATURITÉ - Rua João Queiroga, 44- Centro - CATURITÉ - PB, CNPJ n° 01.612.640/0001-15, neste ato representada pela Prefeito ITAMILSON FRANCISCO DA SILVA, Brasileiro, Casado, Agente Político, residente e domiciliado na Rua Severino Gervasio de Sousa, 10 - Centro - Caturité - PB, CPF n° 804.583.004-20, Carteira de Identidade n° 1524764 SSPPB, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, \_\_\_\_\_ com endereço à \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, inscrito no (CPF ou CNPJ) sob o n° \_\_, representado por \_\_\_\_\_, ao fim assinado, doravante denominado de **CONTRATADO**, de acordo com o Edital de Credenciamento para Credenciamento n° 001/2026, com base no art. 74, caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM**, conforme especificações constantes do **Anexo I**, do Credenciamento n° 001/2026.

**Parágrafo Único** - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do Credenciamento n°. 001/2026, juntamente com seus anexos e a proposta da Credenciada.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1 - Fundamenta-se este contrato no Edital de Credenciamento n° 001/2026, e na Lei n° 14.133/2021.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

- 3.1. O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.
- 3.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros

**CLAUSULA QUARTA - VIGENCIA E PRORROGAÇÃO:**

- 3.1 Prazo de vigência da contratação é \_\_\_\_ de \_\_\_\_ contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
- 3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, mediante Termo Aditivo e consensual.



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**CLAUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços

**CLAUSULA QUINTA- PREÇO**

5.1 O pagamento pelos serviços será efetuado conforme os valores fixados no edital e de acordo com as ordens de serviço emitidas pela Prefeitura de Caturité, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e comprovação da execução.

**CLAUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes na Cláusula Quinta

6.2 Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Prefeitura do Município de CATURITÉ - PB, conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para empresas locais e 10º dia útil do mês subsequente para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

6.3 Será emitido relatório de recebimento e regularidade da execução dos serviços, apresentado sob forma de planilha contendo a assinatura do prestador de serviço e subscrito pelo servidor responsável, e atestado assinado por servidor da Secretaria Municipal de Saúde, que enviará ao setor de compras do município, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o fechamento mensal da prestação de serviços, observada a ordem cronológica da prestação de serviço

6.4 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.5 É encargo do credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas a transporte, fretes, seguros, taxas, tarifas, tributos, materiais e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços.

6.6 A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

6.7 Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

**CLAUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

8.1.2 Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

8.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

8.1.4 Informar aos pacientes a relação de Credenciados aptos a prestarem os serviços (exames), ficando a escolha a critério exclusivo dos pacientes, orientando-os a apresentarem-se munidos do pedido médico com a devida requisição.

8.1.5 Expedir as requisições/autorizações para que os interessados/pacientes se encaminhem ao laboratório credenciado de sua livre e exclusiva escolha.

8.1.6 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

8.1.7 Organizar os agendamentos dos exames eletivos com autorização no nome do paciente e dos exames respeitando a capacidade do Credenciado.

8.1.8 Os exames de urgência e emergência serão agendados conforme necessidade.

8.1.9 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços juntamente com o relatório com os nomes dos pacientes e exames realizados.

8.1.10 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

8.1.11 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.12 A Prefeitura Municipal de CATURITÉ - PB, através da Secretaria Municipal de Saúde, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 7 do Termo de Referência e demais cominações legais.

8.1.13 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.14 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A) (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da contratada:

9.2 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE;

9.3 Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

9.4 Fornece os serviços de boa qualidade, tratando os pacientes com cortesia, de modo igualitário, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;

9.5 Garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

9.6 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de CATURITÉ, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

9.7 Permitir a fiscalização dos serviços pela Sec. Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

9.8 Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

9.9 Abster-se de cobrar qualquer valor dos usuários, sob qualquer título ou pretexto;

9.10 Possuir um laboratório com instalações no Município de CATURITÉ - PB;

9.11 Estrutura e equipamentos adequados instalados no Município de CATURITÉ - PB;

9.12 O período de coleta dos materiais será das 06h00 às 11h00;

9.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.14 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

9.15 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de CATURITÉ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

9.16 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem,



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Prefeitura do Município de CATURITÉ;

9.17 Comunicar à Prefeitura do Município de CATURITÉ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.18 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de CATURITÉ;

9.19 Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de CATURITÉ sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

9.20 Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

9.21 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de CATURITÉ, cujas reclamações se obriga a atender;

9.22 Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de CATURITÉ na execução do(s) serviço(s), será(ão) ressarcido(s) pela licitante vencedora, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

**CLAUSULA DECIMA- OBRIGACOES PERTINENTES A LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, e dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados a autoridade competente.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) der causa a inexecução parcial do contrato;
- b) der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a

11.12 ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 O Contratante deverá, no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.15 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA EXTINCAO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não enseja a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.9 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.10 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.11 Indenizações e multas.

12.12 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo





**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DOTACAO ORCAMENTARIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:** 03.001 - 10.301.1006.2.030 - 3.3.90.39.00/ 03.001 - 10.301.1006.2.031 - 3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.301.5.000.2.032 - 3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.302.1006.2.033 - 3.3.90.39.00/ 03.001 - 10.303.1006.2.034 - 3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.304.1006.2.035 - 3.3.90.39.00 / 03.001 - 10.301.1006.2.036 - 3.3.90.39.00/04.001 - 08.122.1007.2.037 - 3.3.90.39.00

**CLAUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**CLAUSULA DECIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**CLAUSULA DECIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

17.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

**Fiscalização Técnica**

a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, V).



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 Fica eleito o Foro de Queimadas - PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

CATURITÉ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

ITAMILSON FRANCISCO DA SILVA  
Prefeito CONTRATANTE

Nome do Representante Legal  
Nome da Empresa CONTRATADA



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

TESTEMUNHAS:

01. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

02. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF: